



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOÃO ANANIAS

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 28 de abril de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

21747

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 1 DE 35

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Na condição de Presidente, declaro abertos os trabalhos da 6ª Audiência Pública Semipresencial da Comissão de Finanças de Orçamento convocada para hoje, 28 de abril de 2026.

Esta audiência pública tem por objeto debater o quarto Edital de Fomento à Capoeira, atendendo ao Requerimento 05/2026, de autoria da Vereadora Keit Lima, aprovado na Comissão em 18 de março de 2026.

Informo que esta reunião está sendo realizada de forma semipresencial na Sala Oscar Pedroso Horta, e através do aplicativo Teams; e é transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/auditorio-virtual; pela Rede Câmara SP, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 14 de abril de 2026. E as inscrições para o pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 9 de abril de 2026, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Declaro abertas as inscrições para pronunciamento até o fim das falas da Mesa.

Convido para compor a Mesa os Srs. José Antônio Silva Parente, Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa, que informou que será representado pelo servidor Matheus Fernandes Alves Lopes, Coordenador de Fomento e Cidadania Cultural; Mestre Palito, representante do Movimento da Capoeira; e também Marcos Caifazes, conhecido como Marco Veríssimo, da Frente Parlamentar de Capoeira.

É muito importante começarmos as falas pelos movimentos e por quem provocou esta audiência. Portanto, começo com a fala do Mestre Palito.

Quem quiser se inscrever pode levantar a mãozinha, que abriremos para vocês assim que forem encerradas as falas da Mesa.

O SR. MESTRE KAMAU PALITO – Primeiramente, boa noite a todos e a todas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 2 DE 35

Peço licença aos nossos ancestrais antes de dar início à fala.

Eu sou conhecido como Palito na capoeira, sou mestre de capoeira, e o meu nome africano é Kamau. Eu faço parte do Fórum Municipal de Capoeira, um movimento que foi criado para lutar por políticas públicas e por reparação histórica para a capoeira no município de São Paulo, porque eu, durante a minha adolescência, treinando, e, depois, dando aula, percebi a necessidade de recursos para sobreviver de capoeira.

O meu mestre, Miguel, dava aula no Centro de Culturas Negras Jabaquara – Mãe Sylvia de Oxalá –, e a única época em que ele foi contratado foi na gestão da Erundina, de 91 para 92. Depois dessa época, não teve mais contrato; mas, mesmo assim, continuou dando aula naquele espaço, pelo comprometimento que tinha com a comunidade. E eu sou fruto disso.

Na minha adolescência, eu me reconheci como homem negro. E o Miguel sempre falava que tínhamos que conciliar a capoeira com os estudos, que não adiantaria apenas jogar capoeira bem. E eu acabei fazendo isso. Hoje eu sou formado em Pedagogia pela Faculdade Zumbi dos Palmares, estou agora no 10º semestre do curso de Direito e fiz uma pós-graduação em Relações Étnico-Raciais, sempre estudando a cultura negra e a capoeira nos meus temas.

Eu entendi que eu tinha que fazer Direito porque é preciso entender as leis para lutar por leis a nosso favor. Sabemos que há um monte de leis que não saem do papel. E a nossa ideia, estudando Direito, é entender mais as leis, para lutar pelos nossos direitos; e, principalmente, pela capoeira, pela cultura negra, que sabemos que ainda é desvalorizada, desrespeitada, não recebendo o devido recurso que merece.

Nós, no Fórum, conseguimos colocar a capoeira no orçamento da cidade de São Paulo – algo que nunca havia acontecido. Fizemos um ato em frente à Prefeitura e conseguimos forçar a Prefeitura, pressioná-la, a destinar um orçamento. Nós, participando das audiências públicas, junto com os movimentos culturais, conseguimos garantir uma rubrica para a capoeira. Depois disso, começamos a nos reunir, e, com a base do fomento

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 3 DE 35

à periferia, construímos um edital para a capoeira. Então fizemos o ato, a Secretaria falou que iria empenhar o dinheiro, o recurso, fez uma reunião, chamou todos os movimentos, e, quando chegamos lá, já estávamos com o edital da capoeira praticamente pronto. E aí, junto com a Secretaria, conseguimos dialogar para construir o primeiro Fomento à Capoeira, sem o projeto de lei. Garantimos uma rubrica. E o debate girou em torno de desburocratizar ao máximo o edital, porque sabemos que esses editais são excludentes, nosso povo não consegue participar. Enfim. Conseguimos fazer contratações via CPF, para facilitar ao máximo a participação dos grupos e dos mestres.

Sabemos que o Fórum Municipal fez um mapeamento dos grupos de capoeira em São Paulo. Foram mais de 450 grupos. São muitos grupos em São Paulo. E esse fomento ainda é 1% do que precisamos – falta muito. Sabemos da importância da capoeira, sabemos da importância nos projetos, como ela contribuiu, no meu caso e no caso de muitos outros das periferias. E é uma vergonha que, em uma cidade com um orçamento de 135 bilhões de reais, não haja 1% para a cultura. E para a cultura negra é pior ainda. Se colocarmos no papel, não vem praticamente nada.

Eu estava fazendo uma *live* outro dia, conversando com os colegas, e demos o exemplo do Theatro Municipal: o Theatro Municipal de São Paulo foi construído em 1911 para ter música erudita. E, nessa época, a capoeira estava no código penal. Só que o Theatro Municipal vem recebendo recursos, recursos, recursos, recursos, e, a cultura negra, nada. Então vocês veem a “descrédibilidade”. O Theatro Municipal com mais de 150 milhões de reais, e a cultura negra, no geral, não tem nem 40 milhões de reais. É muito pouco. Então, quando falarmos da cultura negra, temos que falar da capoeira e de reparação histórica, sempre tem que vir um a mais.

Para terminar a minha fala – não sei quanto tempo eu tenho –, vou puxar mais uma pauta, que é interessante.

Antes de falar do quarto fomento, nós precisamos alinhar o terceiro, porque houve algumas irregularidades gravíssimas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 4 DE 35

Primeiro: não dá para discutir o edital da capoeira numa reunião somente. Isso é um problema. Nós temos os colegas do Fórum do Hip-Hop, que fizeram umas cinco a seis reuniões para discutir o fomento do Hip-Hop, e mesmo assim não chegaram a um consenso. Mas avançou. E, a capoeira, não. E falamos desde o primeiro momento: precisamos ter mais audiência para poder dialogar.

I - Agora eu vou direto ao assunto: existem irregularidades graves neste terceiro edital que precisam ser respondidas. Quais foram os critérios objetivos para a escolha dos avaliadores? Como foi analisada a lista tríplice? Houve participação real da sociedade civil?

II - Há falta de transparência, porque os currículos da banca não estão no *Diário Oficial da Cidade* e nem no processo administrativo; e nos editais anteriores estavam. Por que neste não estão?

III - Há concentração de recursos? Por que o grupo já contemplado no primeiro edital foi novamente contemplado e aprovado no segundo? Onde está a democracia no acesso à política pública?

IV - Possível confronto de interesses. Existem indícios de projetos ligados a relações diretas sendo contemplados e denúncias de avaliadores aprovando projetos com os quais têm vínculo. Se isso for confirmado, configura violação do direito do edital e do art. 37 da Constituição Federal.

V – Racismo institucional. Foi dito em audiência que grupos de capoeira não sabem escrever projetos. Isso é grave. É um desrespeito aos mestres e às mestras, ignorando que quem fez a formação foi o próprio Fórum, sem nenhum recurso público.

Porque o Fórum promoveu algumas formações para os coletivos poderem participar do edital. E fizemos até um encontro na casa do Mestre Ananias, sem recurso, sem nada. Os outros projetos, como o fomento à periferia – Programa Municipal de Fomento à Cultura da Periferia –, tem um acompanhamento da Secretaria para auxiliar os grupos. E a capoeira ficou jogada.

VI – Falta de política de formação. A Secretaria Municipal de Cultura não paga

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 5 DE 35

os mestres de capoeira para fazer formação aos outros capoeiristas. E a nossa outra reivindicação é isso, porque vemos que todo ano sobra dinheiro, recurso, da capoeira. E esse recurso pode ser destinado à formação, a contratar mestres e mestras para fazer essa formação nas quatro regiões do município de São Paulo.

VII – Orçamento. A Secretaria Municipal de Cultura alega a falta de dinheiro.

A capoeira já foi criminalizada pelo Estado, e hoje não pode ser desrespeitada dentro da política pública. Nós exigimos transparência, imparcialidade, respeito e reparação. Se não houver resposta, vamos todos tomar as medidas judiciais cabíveis.

A nossa ideia não é confrontar a Secretaria, é construir junto, como foi construído na primeira vez que nós nos sentamos para construir o fomento. E neste último edital não houve a participação da comunidade da capoeira. Essas são as nossas reivindicações.

Eu estou com um texto, que depois eu vou entregar para o representante da Secretaria. Mas a nossa ideia não é confrontar a Secretaria, é um diálogo, porque precisa haver essa construção coletiva. E a nossa maior preocupação é que os grupos menos favorecidos nas comunidades não consigam acessar. A ideia do fomento é essa. Esse é o enfrentamento ao racismo, ao genocídio. E valorizando as pessoas pretas. É por isso que construímos esse edital com pontuação extra, para homens e mulheres pretos, porque somos nós que estamos na ponta.

Falamos de enfrentamento ao racismo, mas na maioria dos editais os contemplados sempre são as pessoas brancas. Eu acabei de ver agora no noticiário lá em Brasília que saiu uma apresentação de um *show* para falar sobre a cultura negra, mas não havia negros. Foram 700 mil reais. O pessoal foi questionar, e o rapaz da produtora falou que é racismo reverso. Eu estou dando só esse exemplo. Se a cultura é negra, os protagonistas devem ser os negros, os pretos. Se a cultura é indígena, são os indígenas que devem ser os protagonistas.

Termino a minha fala expressando a minha gratidão. Estamos juntos.

Ubuntu. Axé. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Muito obrigada, Palito.

Eu acho que todo mundo está ciente, e o Matheus também, de que política pública não se faz sem a população, que tem o direito de ser ouvida. E esta audiência vem um pouco como resposta.

Quando falamos sobre consulta pública, sobre audiência, estamos falando sobre ouvir os munícipes, não os munícipes não ouvirem. E isso não é confrontar, isso é sobre construirmos uma cidade cada vez mais antirracista, cada vez mais que esteja nas nossas periferias e favelas. E se houver alguém incomodado, isso também diz sobre que cidade estamos construindo.

Eu queria dizer que, no terceiro fomento, junto com o Fórum da Capoeira, o nosso mandato protocolou uma representação no Ministério Público para contestar a retirada das ações afirmativas – muito do que o Palito trouxe sobre cotas e pontuações no edital de Fomento à Capoeira. Nós pedimos a investigação e a correção do edital. O MP recebeu a denúncia, encaminhou para a Promotoria de Direitos Humanos, foi instaurada uma apuração preliminar e a Promotoria pediu os editais de 2023, 2024, 2025, informações da Secretaria de Cultura e justificativa para retirada das ações, e nós enviamos os documentos que conseguimos construir junto com o Fórum da Capoeira. Em 2023, havia critérios afirmativos; em 2024, foram retirados; e em 2025 permaneceram ausentes. E isso fortaleceu muito o processo.

Eu trago esse assunto, retrocesso institucional, para entendermos que essa construção é responsabilidade de todo mundo. E se nós estamos construindo uma cidade que não tem isso, temos mesmo que reclamar.

O MP aprofundou a investigações. Houve tratativas direto com a Secretaria Municipal de Cultura para adequação dessa política pública. E a Secretaria de Cultura firmou um compromisso formal com o Ministério Público para corrigir esses editais.

E quais foram as obrigações assumidas a partir desse processo que fizemos? Implementar reserva de cota para as pessoas negras em todos os editais do Programa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 7 DE 35

fls 11

Municipal de Fomento à Capoeira; garantir que, quando houver auto declaração racial, a Comissão de Etnoidentificação garanta que pelo menos 50% dos integrantes sejam pessoas negras; e, em caso de descumprimento, multa diária de 5 mil reais a ser paga pela Prefeitura, além da possibilidade de execução judicial. O acordo passou a valer como título executivo extrajudicial. O procedimento seguiu para a homologação. E estamos acompanhando o cumprimento disso.

Trago esse fato para reforçar a importância de construirmos a cidade que queremos, que sonhamos, que merecemos. Essa cidade que chega nos profissionais, que traz cultura para as nossas periferias e favelas.

Aproveito e passo a fala ao Matheus Fernandes, para que fale um pouquinho; e, em seguida, ao Marcos.

O SR. MATHEUS FERNANDES ALVES LOPES – Primeiro, boa noite a todos e a todas. Eu espero que tenhamos uma audiência proveitosa. Esse é o papel do Poder Público. Estamos aqui para responder às demandas. De fato, não nos incomoda. Pelo contrário, construir política pública é algo que construímos com muitas mãos. A cabeça pensa onde o pé pisa, então, se não circularmos e não tivermos condição de ouvir, pouco teremos condição de contribuir e tornar mais arrojada a política pública que nós discutimos.

Eu vou fazer um histórico, porque acho que é importante, e vou trazer todos os elementos. E, naturalmente, outros questionamentos surgindo, e eu vou, a partir disso, pontuando. Talvez faça mais sentido, Vereadora.

A primeira coisa a pontuar é que temos hoje, de fato, na Coordenação de Fomento e Formação Cultural, 13 programas municipais de fomento, dos quais 10 são programas de fomento garantidos por lei. E vou adentrar em quais são os programas que não são legislações municipais – que é o caso do Fomento à Música, o Fomento à Capoeira e é o caso do edital de apoio às culturas negras. Isso não quer dizer que não sejam políticas consolidadas. Estamos discutindo a quarta edição do Edital de Apoio à Capoeira, nós estamos discutindo a publicação, neste ano, em 2026, da décima edição do Apoio à Música

e da sexta edição do Edital de Apoio a Culturas Negras.

Por que eu pontuo isso? Porque os editais de fomento, historicamente, se constituíram a partir de uma dinâmica em que a lei define, até com nível de rigor muito grande, e com muita profundidade, a execução. Ela vai a níveis de quantas parcelas deve acontecer o repasse, aponta em qual momento do ano deve ser aberto o edital e assim por diante.

O edital de Fomento à Capoeira, como Palito trouxe, foi de fato uma demanda da sociedade, que está indo para a quarta edição. E naturalmente toda política, quando vai ser implementada, passa por um processo que chamamos de “ciclo da política”. É um processo de implementação, monitoramento e avaliação.

Adentrando especificamente no caso do edital da capoeira, de fato, a Secretaria cometeu um erro, da primeira para a segunda edição. Existiam políticas de cotas na primeira edição; e, na segunda edição, elas deixam de existir. E por um equívoco de replicar a minuta do edital da segunda edição para a terceira, naturalmente se replicou o erro.

É importante pontuar que nós reconhecemos o erro. E é por isso que toda tratativa que a Vereadora trouxe foi colocada na mesa, e nós fomos dialogar com o Ministério Público. Mas também é imprescindível trazer alguns dados para que tenhamos a dimensão, em termos objetivos, do que isso significa.

Se olhamos a terceira edição da capoeira, é importante também pontuar que nós não temos uma comissão de heteroidentificação ainda, o que é um problema. E não é um problema só para a capoeira, é um problema para todos os programas de fomento. É algo que precisamos instituir. E não é só a Secretaria Municipal de Cultura, mas todos os órgãos de gestão de cultura no Brasil vivem essa dificuldade, porque isso implica outras questões, nas quais vou adentrar um pouco mais adiante.

A equipe técnica fez uma análise que está muito aquém do que a análise que uma comissão de heteroidentificação é capaz de fazer, e fez isso inclusive analisando os documentos dos proponentes, porque não temos um anexo de autodeclaração – RGs,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 9 DE 35

fls 13

documentos todos apresentados. E nós chegamos à constatação de que, dentre os selecionados na terceira edição, 85% dos selecionados são pretos e pardos. E como o Palito colocou, é composta por cinco pessoas. E como ela é selecionada? Ela é discricionária. Cabe ao representante, no caso da pasta, fazer a indicação. A composição da comissão de cinco pessoas tem quatro pessoas pretas e pardas. É importante pontuar isso também. Ou seja, 80% dos integrantes da comissão são pretos e pardos, mais inclusive do que o demandado, que eu acho que é muitíssimo razoável. O ideal é só aumentar. O ideal é que cheguemos a talvez 100%. Essa é a ideia.

O Palito comentou sobre possíveis irregularidades. E eu acho que é o seguinte: o Poder Público está sujeito a esse tipo de questionamento. E eles devem ser feitos. Isso é indiscutível.

A primeira irregularidade, que diz respeito a possíveis conflitos de interesse, nos foi trazida, inclusive, através de um questionamento, e respondido via processo eletrônico – SEI. Quais foram esses questionamentos? Havia uma possibilidade, uma indicação de uma denúncia, na verdade, de que membros da comissão podiam ter relações com projetos selecionados.

A gente sabe que – não só no caso da capoeira, mas quando a gente olha as linguagens culturais, os fazeres têm relações muito próximas – então, as pessoas todas se conhecem naturalmente e, naturalmente, membros da comissão conhecem pessoas que inscrevem projetos. Mas nesse caso, o que se faz? Porque isso não pode tirar a notória especialização do mestre que avalia; isso também não pode tirar o direito de quem está submetendo o projeto de ser avaliado.

Nesses casos, a gente trabalha com a indicação de impedimento, ou seja, eu anuncio que eu tenho um impedimento de avaliação de um projeto, o que, naturalmente, demonstra que eu tenho um conflito de interesse ou um possível conflito de interesse na avaliação dele e, por isso, eu não avalio esse projeto.

A comissão é sempre instruída pela nossa equipe técnica, que pede para que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 10 DE 35

fls 14

eles olhem os projetos antes de prosseguir com a avaliação. E assim foi feito. Foi feito no caso de todas as indicações. Inclusive, estou aqui com a folha SEI, que tratava de um dos membros do Fabrício Caruso, outro do Alexandre Soares, e assim por diante.

Inclusive, a gente anexa ao processo as comprovações da orientação da comissão, da equipe técnica da Secretaria, que diz: “se vocês têm algum tipo de impedimento, por favor, anunciem agora para que a gente tire esse projeto de vocês e possa dar a outro avaliador para que nem vocês possam estar colocados numa condição de conflito de interesse e para que o projeto possa ser devidamente avaliado em função do seu mérito cultural e para que nenhuma outra questão possa atrapalhar essa avaliação”.

Além disso, tem uma outra questão, que o Palito traz, da composição da comissão e quais critérios. Primeiro, que a composição das comissões, nesse caso da capoeira, é feita de maneira discricionária. Mas para que alguém assuma o papel e a importante tarefa de avaliar projetos de capoeira é imprescindível... e seria uma sandice, por parte do Poder Público, autorizar que essa pessoa que vai fazer avaliação não comprove notória especialização naquilo que faz.

Então, a gente não só pública uma portaria indicando quem são os membros, como a gente instruiu um processo de contratação, no qual é condição *sine qua non* para o processo ser avaliado pelo nosso jurídico que seja verificada a comprovação da notória especialização. Todos esses processos estão disponíveis. Se vocês quiserem, a gente pode disponibilizar esses currículos, porque, enfim, é público. Eles estão recebendo para poder fazer avaliação de um edital de fomento direto público.

Tem uma outra questão – eu entendo, Palito, perfeitamente, quando você diz da necessidade de mais agendas com o Poder Público. Eu não só entendo como concordo. Acho que é aquele processo: a política pública demanda que a gente implemente, monitore, mas sempre avalie.

O processo de avaliação é, justamente, aquele em que a gente chega numa agenda com a sociedade, escuta qual é a percepção de como o edital aconteceu, de qual

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 11 DE 35

fls 15

foi o ciclo, onde deu problema e como a gente pode, pontualmente, fazer uma intervenção para corrigir e melhorar. Essa é a questão mais importante.

Mas existe também uma questão importante – digo isso não no sentido de justificar, porque não é o objetivo, mas acho que de socializar uma responsabilidade e uma compreensão –: o Poder Público age e executa tudo aquilo que a lei autoriza ele a executar, e com os instrumentos que ele pode executar.

Do ponto de vista de 2014 para cá, o Poder Público, no que diz respeito à gestão de políticas culturais, se utiliza basicamente da Lei 13.019, que é o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. É um instrumento de parcerização muito importante e que, na verdade, é um salto para a segurança jurídica para projetos de cultura. Inclusive, foi idealizado inicialmente pela cultura, mas acabou se tornando um regime jurídico genérico, na medida em que a cultura, o esporte, a saúde e assim por diante, usam.

Quando a gente olha um instrumento como esse, ele tem um rito legal, ele pressupõe que a gente publique o edital; que este fique 30 dias aberto; e depois de publicado, se publique a relação de inscrições deferidas; depois disso, submeter esses projetos, essas inscrições, para a comissão analisar. Feita a análise, a gente publica o resultado parcial, abre direito de recurso – que a gente chama de fazer recursal, porque os proponentes podem questionar e devem questionar, quando se sentem lesados, a decisão da comissão. Ou seja, todos os ritos garantem o princípio a contraditório e o princípio de que os proponentes tenham condição de se resguardar e se defender e até discutir como seus projetos foram ou não avaliados. Essa é uma primeira questão.

Não vou adentrar com mais profundidade na etapa, mas o que eu quero que vocês entendam é que todo esse rito tem prazos fixados, e esses prazos são públicos, publicados, contados a partir das datas no *Diário Oficial*, e isso nos demanda um tempo de execução.

Hoje, quando a gente analisa, na média – não estou falando do município de São Paulo, eu posso fazer a comparação com outros municípios –, um edital de fomento,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 12 DE 35

fls 16

costuma-se demorar seis meses, a depender do número de inscritos. Sem que a gente tenha uma judicialização, que é justa e é devida, sem que a gente tenha qualquer tipo de outro procedimento que dilate um pouco tempo de execução.

Então, respondendo isso, Palito, a gente tem interesse. Podemos construir agendas nesse sentido. É importante. Acho que é até um processo de diálogo mais permanente. Mas para fazer, também, avaliação do resultado. Mas explicar que esta morosidade diz mais respeito – e não é morosidade, é o cumprimento do rito – ao princípio da isonomia, garantir que todo mundo possa entrar com recurso no prazo devido e assim por diante.

Por fim, eu queria trazer uma outra questão: essa discussão toda que a Vereadora suscita e que é muito importante com relação às cotas, apesar dos dados em que a gente vê que 85% dos selecionados são pessoas pretas e pardas, a gente foi se debruçar sobre isso e entender como é importante uma comissão de heteroidentificação, mas, também, a importância dela nos suscita o cuidado de como montá-la, e, por isso, a gente tem feito algumas agendas para entender.

A primeira agenda que a gente tem marcada, inclusive, eu tenho, na quinta-feira uma primeira reunião com a representante da Comissão Permanente de Igualdade Racial da OAB, para entender como eles lidam com essas questões, porque – eu não sou negro, então, vou pedir licença – os cuidados de avaliação são só fenotípicos? Não. Só fenotípica, não. Quais os outros critérios são trazidos à mesa? Para a gente garantir, também, o processo e entender que isso também impacta, por mais importante que seja, e defendendo a necessidade da composição, impacta mais uma etapa. O que significa dizer que, talvez, a gente tenha um outro período adicional no edital para poder fazer a aferição disso. Até porque a gente vai entender se vai ser presencial, se não vai, então, tem essas questões todas.

E, por fim, eu ia falar só da participação social mesmo para encerrar e abrir a fala para os demais. É que o Palito traz algo que é: mesmo sendo exíguo, a gente fez a

publicação da minuta no Participe Mais, deixamos aberto – não vou me lembrar do período certo –, mas o Participe Mais é uma plataforma da Prefeitura que permite a interação.

Então, a gente publica minuta, deixa minuta lá. Qualquer munícipe ou qualquer interessado pode ler, pode fazer suas sugestões de texto, e isso fica registrado. Quando a gente vai a uma consulta pública presencial, a gente não só leva os dados – que é o que eu tenho aqui: essa apresentação. Inclusive, Vereadora, faço questão, depois, de mandar para vocês. É a apresentação que a gente fez na audiência para todo mundo, na qual têm os dados demográficos, os dados de gênero, os dados de composição racial e tudo mais dos selecionados. E, depois disso, a gente faz a leitura de todas as propostas que foram feitas, via Participe Mais; a gente abre para a discussão e escuta.

Do ponto de vista da minha fala inicial, só trazendo esses elementos todos, queria pontuar isso. Peço desculpa se me estendi, mas fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Maravilha.

Quero reforçar que as inscrições vão acabar na fala do Marcos. Esta audiência pública é de vocês, se inscrevam para falar. É só levantar a mão que os meninos vão anotar. Assim que o Marcos terminar a fala, a gente encerra as inscrições.

O SR. MARCOS VERÍSSIMO – Boa noite a todos.

Primeiro, eu quero agradecer o convite da Vereadora ao Fórum da Capoeira. A gente está participando. Meu nome é Marcos Veríssimo. Sou mestre de capoeira também; trabalho na Casa junto ao Professor e Vereador Eliseu Gabriel, que, aliás, mandou um abraço para a Vereadora, que é coautora da Frente Parlamentar, que a gente acabou de instaurar na Casa no dia 9. Então, quero agradecer a presença de todo mundo. Foi muito bom esse lançamento da Frente.

Esse edital é algo que acompanhei, principalmente, no princípio, muito de perto. Acho que foi em 2023 a primeira edição. É uma conquista importante. Eu me lembro que, na época, tinha o Fórum fazendo uma pressão para que acontecesse a criação dessa rubrica específica. Eu tive um papel, também, dentro do possível, atuando nisso, porque eu

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 18

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 14 DE 35

trabalhava com o Relator do Orçamento. Então, foi fácil. A gente tinha um acesso imediato a conseguir essa conquista.

O edital é importante porque, antigamente, para um capoeirista acionar uma verba pública, ele tinha que ir para a verba da cultura, onde há coletivos mais organizados, as ações são mais difundidas para outros coletivos, e a capoeira acabava não pegando isso.

Então, no primeiro momento foi uma conquista o edital em si, a rubrica, e, depois, a gente garantir com que, realmente, chegasse ao mestre capoeira e ao grupo de capoeira, para que não se distorcesse na questão de exigir o CNPJ. A nossa turma ainda não é totalmente parametrizada com isso.

Essas distorções que vêm acontecendo, eu acho que a Administração Pública é uma eterna vigilância mesmo dos processos e de aperfeiçoamento. Encaro isso como natural, mas a gente tem que olhar o lado da conquista. Está vivo, todo ano ele acontece, as pessoas entram, solicitam, e a gente vai ajustando.

Em relação às cotas, acho superimportante estar lembrando disto: nem todo mundo parte do mesmo ponto.

Tem mais uma coisa que eu gostaria que tomassem em consideração – vou falar de uma experiência pessoal, daquilo que chega na gente: está havendo uma exclusão ou uma falta de atenção para os velhos mestres, então eles não têm esse acesso, tanto na escrita quanto no conseguir colocar o seu potencial no papel. Eles estão ficando muito de fora desses editais. A gente tem recebido bastante isso.

Estou colocando isso até para dizer de mais uma preocupação. Assim, cria-se algum formato para inseri-los. Afinal de contas, doaram uma vida inteira por essa atividade.

Minha fala vai ser breve. Podem contar comigo naquilo que puder ajudar sempre.

Muito obrigado, Vereadora, pelo espaço. Vamos construir juntos porque é uma conquista importante que temos que manter.

Um abraço a todos, uma boa reunião. Vamos lá.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – O primeiro inscrito é o Rogério, do Fórum

da Capoeira do município de São Paulo.

O SR. ROGÉRIO COSTA – Boa noite, gente.

Sou Rogério Costa, faço parte do Fórum da Capoeira do município de São Paulo. A gente trouxe um documento para ler para vocês, mas antes, eu queria dizer que esse momento e outros estão sendo muito importantes no município de São Paulo porque os capoeiristas estão mostrando que eles querem fazer parte desse fazer político e, historicamente, em que nós não estávamos. E nós estamos aqui.

Hoje, nós estamos discutindo esse fomento, mas a nossa ideia é a de, inclusive, discutir a lei da capoeira, garantir a capoeira como política pública – e essa fala do mestre Marcos é muito importante para nós não nos esquecermos dos nossos mestres, dos nossos mais velhos. Então, é um movimento extremamente importante.

O Fórum, de novo, reivindica a publicação imediata em *Diário Oficial* e no SEI, os currículos completos dos membros da comissão de seleção. Eu entendo que as pessoas têm que ter a técnica; essa técnica, muitas vezes, vem de um fazer acadêmico. Mas que não fique só nos professores de Educação Física. Há outros capoeiristas com outras formações que também podem contribuir. Isso vai ajudar bastante nesse processo.

A apresentação formal dos critérios utilizados para a escolha da banca avaliadora – como trouxe aqui – de repente, trazer isso de uma forma mais explícita para gente.

Abertura do procedimento administrativo da apuração sobre possíveis conflitos de interesse, inclusive, vínculos diretos, relação pedagógica entre avaliador e proponente. Acho que é o destrinchar mesmo. A sua fala é muito pertinente.

Análise específica dos projetos aprovados que apresentem indícios de favorecimento, para a gente participar mesmo desse momento.

A gente tem uma reivindicação importante que é a destinação dos recursos remanescentes da contratação dos formadores, priorizando os mestres e as mestras de capoeira, especialmente, homens e mulheres pretas. Eu sei que têm muitos mestres que

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 16 DE 35

têm formações que podem contribuir, dentre eles, o mestre Valdenor que é doutor.

A gente entrega o documento e possibilita outros diálogos.

O Fórum da Capoeira é um espaço da sociedade civil. Estão todos convidados a participar conosco. Ele não é governamental, não é partidário, é suprapartidário, dialoga com todas as frentes buscando política pública para capoeira.

É isso. Gratidão.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Rogério.

Agora, Alexandre, da Comissão do Fomento; em seguida, o Wescley da Liga de Guarulhense de Capoeira Guarani.

O SR. ALEXANDRE PADINHA – Boa noite a todos e a todas.

Serei breve e rápido. Participei da construção do edital de Fomento à Capoeira.

Desde o primeiro momento na Secretaria, quando chegou o recurso, quando começou a discussão se seria uma premiação, se seria um fomento. De que forma seria essa política pública? Seria escoado esse recurso para a política pública.

O Palito vai se lembrar bem que as primeiras audiências estavam lotadas; as últimas audiências até, na última, meia dúzia de pessoas. Esvazia-se. Isso é um processo dentro da sociedade civil. Não é específico da capoeira, mas fomos até o final da construção do primeiro edital.

Não estive na comissão da primeira edição e até fui contemplado também. Enviei o meu projeto, fui contemplado, mas estive presente na segunda e na terceira edição. Então, posso falar com muita propriedade sobre essa composição, inclusive, na segunda edição, o Palito fez parte da comissão de avaliação, no entendimento que eu levei junto à Secretaria, das críticas que ele trazia; algumas, sim, com pertinência e profundidade. Mas disse a ele: “vamos para dentro da comissão para entender também como os trabalhos funcionam lá dentro”, porque também não é fácil, e a discussão se torna muito mais tangível, muito mais plural, quando a gente está dentro de todo o sistema para o qual são encaminhados os trabalhos.

Então, ele veio para a segunda edição do Fomento à Capoeira, como parte da comissão, conhece todo o processo que acontece lá dentro.

Na segunda edição, a comissão composta: Alexandre Padinha, que vos fala; Preto; mestre Palito, homem preto; mestra Luana, mulher preta; contramestre Tizil, homem preto; quatro pessoas da comissão e um servidor público indicado pelo Secretário, uma mulher branca.

Na terceira edição, a composição foi: mestre Alexandre Padinha (eu, o homem preto); Mércia Amara, mulher preta; mestre Alexandre Feijão, homem preto; Fabrício, homem pardo.

Quando a gente olha os números de crescimento da primeira, segunda, terceira edições, em relação ao número de inscritos, é muito favorável. Isso me agradou muito. Houve um grande crescimento na terceira edição no número de inscritos.

Quando eu trago essa fala de que a qualidade dos projetos precisa melhorar dentro da capoeira, essa fala é minha porque entendo que ainda é insuficiente a entrega qualificada do que seja a democracia na gestão pública, para que a gente possa acessar esse recurso. Esse entendimento meu vem de 30 anos na área pública, trabalhando com política pública de cultura, estudando nos bancos acadêmicos de política pública de cultura, dialogando com diversas outras linguagens.

Disso vem, dentro desse meu entendimento, a provocação e a cobrança, dentro da Secretaria, que eu faço ao Matheus: precisamos ter formação específica para a linguagem da capoeira. Isso tem que vir da Secretaria de Cultura. Parafraseando Paulo Freire: “tudo passa pela educação”. Grande parte dos nossos não estiveram nesses bancos escolares para obter essas informações.

Então, dentro do Ato Constitucional do artigo 5º é dever de estado, direito do cidadão, e na garantia dos artigos 215 e 216 que tangem ao campo da cultura, é dever do Estado que nos auxilie para que haja melhoria na submissão dos projetos da capoeira. Não só para o Fomento da Capoeira, mas, também, que seja para outros fomentos: Fomento à

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 18 DE 35

fls 22

Periferia; Fomento à Cultura Negra; Fomento ao Samba, e assim para a nossa população preta.

Se isso não ocorre, a gente vai tendo, cada vez mais, um distanciamento do nosso povo ao acesso a essas políticas públicas. A culpa não é de quem está há mais de 500 anos dentro desse país, pela falta de acesso e pela segregação que ainda existe. Não é um fator pontual e determinante, mas, sim, todo um sistema que a gente precisa analisar e não ficar olhando para o problema, mas, sim, para a busca de soluções para que a gente possa solucionar o problema ou, ao menos, diminuir esses impactos que vêm à nossa população, e assim a gente criar o acesso.

Mas quando a gente olha os números aplicados, principalmente, agora, na terceira edição, que evoluiu bastante o número de inscritos e aqueles que são contemplados, a gente tem 85% de pessoas pretas contempladas. Houve, sim, falha da Secretaria em relação à primeira, segunda e terceira edições. Naquela coisa toda de mudança de cadeira, a própria Comissão nem se atentou a isso, porque na segunda edição já tem um número grande, superior, significativo de pessoas pretas contempladas; e, na terceira edição, a gente tem uma majoração.

Então, isso acabou não impactando, mas é devido e de direito que a gente tenha que colocar no edital para que tenha garantia...

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Alexandre, está sendo uma aula ouvir você, mas preciso que vá encerrando.

O SR. ALEXANDRE PADINHA – O meu tempo se estendeu. Mas é isso: os números contradizem...

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – De nada, meu bem. Agora, Wescley Tinoco e, em seguida, Márcia de Lima Bispo.

O SR. WESCLEY TINOCO – Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa, especialmente o Mestre Marcos, pessoa que tem todo o meu respeito, da caminhada que a gente tem pela capoeira. Eu sou de Guarulhos, Presidente da Liga Guarulhense de

Capoeira, fundada em 22 de setembro de 1990, pelo saudoso Mestre Mirão, uma referência para nós de Guarulhos. E a Liga vem trabalhando fortemente, em Guarulhos, nesse sentido de fomento, para que os nossos velhos mestres sejam contemplados.

Conseguimos aprovar, no ano passado, a primeira lei municipal do Dia Municipal do Mestre e da Mestra de Capoeira, que foi aprovada por unanimidade pelos Vereadores da cidade. Na sequência, teve a Conferência de Cultura e nela conseguimos ocupar a cadeira de culturas populares tradicionais.

E por que nós estamos aqui hoje? Porque a gente, de Guarulhos, precisa aprender. Vai sair agora alguns editais, inclusive da PNAB, e a gente precisa entender como é esse processo, porque lá a gente tem, justamente, essa dificuldade, como o Mestre Marcos falou, de como prover os velhos mestres, se no final das contas é um *link* de inscrição extremamente burocrático, ninguém fala como é que esse *link* vai chegar, como o mestre vai conseguir participar. Se ele participar, via CPF, vira uma RPA? Vai ter imposto?

Então, tem que tirar do salário dele, do pagamento dele. E o pior de tudo, tem que colocar o mestre para trabalhar. Todos nós aqui da capoeira viemos de um mestre e esse mestre veio de outro. Então, eu colocar, por exemplo, o meu velho mestre para trabalhar, para ele estar no fomento também é complicado.

Então, o que a gente estava tentando fazer em Guarulhos é o seguinte: um percentual daquilo que o professor vai receber é retirado para o mestre, para que ele não tenha que ir para o *front*, para que não tenha de pegar e atender à criança, e colocar também o atendimento em risco.

Então, eu queria cumprimentar essa Mesa e dizer que nós estamos aqui para aprender com todos vocês. Vim na condição de ouvinte, ainda falei para o Mestre Palito que vim só para ver como é que funciona, mas, já que o microfone está aberto, acho que é importante a gente vir aqui para falar que estamos juntos. Fizemos o Congresso de Capoeira, no ano passado, promovido pela Liga, e queria fazer um convite para o pessoal do Fórum, para que a gente possa criar uma sinergia aí para levar inclusive o Fórum para

Guarulhos, porque a nossa intenção é justamente essa.

Neste momento, eu ocupo a cadeira como Presidente, mas é uma Liga que de 3 em 3 anos muda a presidência. Eu estou muito honrado, muito orgulhoso de estar aqui hoje e quero assistir e somar com todo mundo, hoje.

Muito obrigado. Boa noite.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigado, Wescley. Neste momento, passo a palavra para Márcia de Lima Bispo e, em seguida, para Lilian Bomfim.

A SRA. MÁRCIA DE LIMA BISPO – Boa noite. Gostaria de pedir licença a todos os nossos ancestrais, às nossas ancestrais, para usar essa fala. Também vim mais como ouvinte, mas quero aproveitar o microfone aberto, para falar que o fomento é muito, muito importante para que possamos nos desenvolver como sociedade brasileira, paulista e honrar as nossas raízes.

Concordo com as falas anteriores, então não vou colocar novamente falas que já foram feitas.

Gostaria de fazer um encaminhamento à nossa Sra. Vereadora Keit Lima: já que esse fomento não parte de uma lei, que façamos o encaminhamento de escrever essa lei, para que não deixe por algum motivo de existir, porque sabemos que tem um belo movimento para que as nossas culturas pretas diminuam ou deixem de existir. Aquelas que nós conquistamos, conseguimos conquistar, que elas existam.

Então, faço esse encaminhamento, porque a lei dá um fortalecimento às nossas políticas. Sobre o fomento, um caráter que acredito ser importante, que entra um pouco no que foi colocado, que é essa questão de, na hora da seleção, quais seleções fazer. A gente tem a questão das mulheres e de tudo o que as mulheres enfrentam na sociedade, na capoeira não é diferente. Temos um número muito menor de mestras do que de mestres, e isso não é porque as mulheres não conseguem chegar à maestria. São por “n” questões, inclusive, o tempo que uma mulher leva para se tornar mestra de capoeira e um homem.

Eu acabei não me apresentando, pelo nervoso, mas eu sou Márcia Bispo, o meu

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 21 DE 35

fls 25

apelido é Índia. Hoje eu sou instrutora de capoeira, sou pedagoga, atuando na educação há 23 anos, faço parte da Cadência Brasil Capoeira, que fica na região norte-oeste da cidade. Faço parte do Coletivo Mulheres da Garoa, fiz parte do lançamento da Frente Parlamentar e usei essa fala, de olhar também para a questão de gênero, que é importantíssima, porque se só considerarmos os mestres e as mestras, o número de mulheres vai ser muito menor mesmo, como eu estava comentando com o nosso mestre, que falou há pouco. Então considerar professoras, contramestras, que estão conseguindo agora chegar. Sabemos que essa é a realidade da capoeira. E aumentar esse investimento para fazer justiça e reparação históricas à nossa arte capoeira. Esse investimento deve ser muito maior em uma das cidades mais ricas da América Latina. Está bom?

Muito obrigada pelo poder de fala. Gratidão por este momento e por esse fomento.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Marcia. Eu vou falar um pouquinho sobre esse projeto de lei no final, agora a Lilian Bomfim e, em seguida, o grande professor Sérgio.

A SRA. LILIAN DA SILVA BOMFIM – Olá. Boa noite. Eu sou Lilian Bomfim. Eu sou capoeirista também, dou aula há 15 anos. Eu moro lá no Fundão, no penúltimo bairro, no final de São Paulo, que é Jaraguá, perto da aldeia dos Guarani.

E queria falar também que o fomento foi muito importante. Eu participei da construção também, quando começou a formação, tudo bonitinho. E é isso. Porque que nem, na segunda edição, eu me inscrevi e participei de todos os processos. Sou um pouco leiga, não sabia escrever, fui procurando na *internet*, alguns amigos me orientaram, ajudaram, e também recebi o *e-mail* que eu fui contemplada. Passei, tudo bonitinho, por todos os acessos, aí mandou abrir conta, fiz todos os processos e, no final, me tiraram do edital. Aí eu tive até que entrar com mandado de segurança e mesmo assim não deu em nada. O STJ bloqueou, não deu andamento, enfim, não deu em nada. Então, tipo, eu nadei, nadei, nadei e morri na praia.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 22 DE 35

fls 26

Esse foi um caso à parte, mas assim, acompanhando todos os outros, eu achei maravilhoso o processo que as pessoas estão fazendo. Quando um capoeirista ganha, ainda mais assim, quando nós somos do Fundão, da periferia, todos participam. Eles nos convidam todos para participar das festividades, da ação, das rodas, dos eventos. A gente vê os novos capoeiristas crescendo, se desenvolvendo.

E, para a quarta edição, seria bom as pessoas terem mais cuidado, que nem o mestre falou dos mais velhos que não sabem escrever, acessar. Na segunda edição, o pessoal da Secretaria estava mudando toda hora, toda hora mandavam *e-mail*: “você passou, você não passou, você foi contemplada, você não foi contemplada”. Depois, se quiser, eu posso até mandar o número do meu processo para vocês olharem com carinho. Não estou pedindo privilégio, não, gente. Se for sim é sim, não é não, é só para avaliar, porque achei injusto o que aconteceu comigo: participar de todos os processos, fui contemplada, passou, mandou abrir conta. O único banco que quis abrir conta foi a Caixa, e foi a maior humilhação. O povo nos humilha para caramba, fala assim: “vai abrir no seu bairro”. E a gente fala que é do edital, mas eles ficam perguntando o que é isso. E vocês não deram nenhum papel comprovando, só o papel do edital mesmo. Aí depois fica nessa palhaçada toda e nós trabalhamos o dia inteiro.

Nós que somos professores de capoeira, a maioria, quase todo mundo que está aqui não vive só da capoeira, trabalha no subemprego, pega ônibus, faz todos os procedimentos, para depois a gente ser eliminado e o pessoal achar que foi preguiça nossa, pelo intelectual nosso, que a gente não tem capacidade. E eu acho que não é legal isso aí.

Nos próximos, precisa ter mais transparência, conversar mais com as pessoas, tanto que no 2º Edital falaram que ia ter pessoas ajudando, mas não teve ninguém ajudando nada não, viu? Foi na época que a Secretaria estava mudando bastante, saiu todo mundo, entrou todo mundo, teve troca de processo, e eu fui prejudicada por isso. Mas em relação aos outros processos, que nem eu já falei, achei maravilhosos. E também tem pessoas que têm quem escreve projeto para elas. No meu caso, eu que me virei, amigos me mandaram

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 23 DE 35

fls 27

alguns modelos para me basear e escrever o meu projeto bonitinho, de como seria.

E eu queria aqui, que nem o Palito falou, mais formação, mas nessa formação que as pessoas sejam remuneradas para ajudar os outros. Não, tipo assim, o Palito tem um bom coração, está vendo que eu estou me lascando, ele vem me ajudar, porque ele também tem as contas, o filho, o tempo dele e tem que ser remunerado por isso, por ele estar ajudando um monte. Porque o Palito é a pilastra do Fórum da Capoeira, é ele que ajuda todos. E aí, quem ajuda ele? Ninguém.

E é sobre isso, sobre a construção, sobre ter mais amor, ter mais empatia por nós. Eu sei que aqui todo mundo vai falar que tem, mas no fundo não tem. Mas tem que ter esse olhar, essa visão diferenciada, porque assim vai falar que o capoeirista é burro, que ele não sabe escrever. Não, tem muitos capoeiristas de bastante formação, mas essa é uma coisa nova que está trazendo para nós. A gente tem que acompanhar todo o edital bonitinho, tem que anexar todos os anexos, tudo isso. Mas assim, no tempo que eu entrei, a bagunça vem de todas as partes, veio da Secretaria, e algumas pessoas foram prejudicadas por isso.

Mas agora falando do 4º Edital, provavelmente, vai ser mais organizado, vai pedir as demandas que o Palito já solicitou, vocês vão ter mais formações ajudando os próximos. Ajudar que eu falo não é pegar no colo e fazer o projeto, é orientar mesmo. Se a pessoa tem dúvida, responder o *e-mail*, coisa que não fazia, porque quando respondia era na ignorância. A gente tem bastante *print* disso, mas não vem ao caso. Talvez as pessoas que responderam nem estejam mais. Então, não tem nem o que fazer.

E é sobre isso. Só para comentar, eu sou Lilian, moro no Jaraguá, sou do Fórum da Capoeira, também do Ação Negra, do Serjão, e eu conheço bastante pessoa aqui. Cresci no meio da capoeira, sou de políticas públicas, da sociedade. Moro na região perto da Brasilândia, que é uma das maiores periferias aqui da nossa Noroeste. E é isso. Eu sou formada em Direito, pela Faculdade Campos Salles, e encerro a minha fala.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Lilian. Agora, passo a palavra

para o professor Sérgio.

O SR. SÉRGIO PEREIRA – Obrigado. Boa noite para todos os companheiros malungos aqui presentes. Eu sou o professor Sérgio Pereira, do coletivo Milton Santos, da APEOESP, Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo, e militante do movimento negro. Estou nesta Casa, na Comissão Antirracista, que trata um pouco sobre esse debate que nós estamos fazendo aqui.

Então, primeiro, quero já saudar aqui, estive nesse final de semana, no domingo, no aniversário da Casa Mestre Ananias. Quem não conheceu o Mestre Ananias jogando capoeira na Praça da República, severidade, sério, um grande mestre para todos nós. Foi o 19º ano de aniversário da casa dele, aqui em São Paulo. Quero parabenizar muita gente presente, a coisa bem legal, bem bonita, musicalidade do nosso povo.

Eu trago duas coisas importantes, significativamente. Primeiro, que a escola pública, tanto a Prefeitura como o Estado, teve todo o desenrolar para que houvesse capoeira na escola, como uma disciplina. E a gente precisaria ter o maior número, uma unidade gigantesca aqui para que a gente consiga continuar fazendo esse debate, para que entre no currículo da escola a capoeira, tão importante.

Eu estou com 58 anos, quando eu estava na quarta série, lá no Alto da Mooca, um professor de capoeira, que ia lá voluntariamente na escola, naquelas épocas em que ia ter festa, ensinar alguns golpes de capoeira e me lembro que era fantástico. Toda a juventude queria participar da roda de capoeira. Como a capoeira é viva na nossa vida, de todos nós brasileiros.

Então, que o Estado e a Prefeitura olhem com muito carinho e levem em consideração tudo o que foi dito aqui. Eu entendo um pouco o lado do Estado, porque estive agora no Governo Federal, no Ministério do Trabalho e Emprego, formulando políticas públicas. Uma delas, por exemplo, é a CBO das transistas. Agora é uma lei, que transforma a atividade das transistas em trabalho, que significa ter fomento na cultura, investimentos, uma série de coisas que vai fortalecê-las. Isso é parte do meu trabalho em Brasília. A outra

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 25 DE 35

fls 29

parte é uma série de cursos, na periferia, do Governo Federal, como o Programa Manuel Querino. A última formação que vai ter, agora, em São Paulo, é de manicure e pedicure, com dinheiro do FAT, que é um dinheiro do Governo Federal para formar.

Então, nesse sentido, queria propor que a gente ampliasse isso, talvez o Governo Municipal, o Governo Estadual, chamar o Governo Federal, para que a gente consiga atender às reivindicações dos capoeiristas. Que a Prefeitura consiga dar mais transparência ao que é apresentado e formação para que essa população que precisa tenha acesso à política pública, qualificando a turma. Pensar que uma parte dessa população ainda não transita muito bem no digital. Fico pensando, o Mestre Ananias, hoje aqui, talvez tivesse dificuldade de mexer no que está dizendo a Lilian, nas dificuldades de entendimento do que a Prefeitura está dizendo e do que a comunidade da capoeira está dizendo também.

Então, nesse sentido, o que eu puder contribuir para que os capoeiristas desse país estejam no seu lugar que é de direito, que é histórico. Essa tecnologia africana que chega no Brasil e a capoeira que está aí sendo jogada, Angola e regional, para que todos vejam. Até o corpo na hora que começa e se levanta, esse joga a capoeira de Angola. Que é bonito isso. Vocês acreditam que os europeus vêm ao Brasil para ver isso? O Rio de Janeiro está lotado de gente, é a primeira porta de entrada do Brasil, e os caras querem ir ao samba, à capoeira.

Então nós, capoeiristas, temos que estar de braços dados, juntos, unidos. E está aqui a Keit, maravilhosa, Vereadora, uma amiga de todas as horas. Ontem eu estava aqui e a Keit estava aqui também com um grupo de escritores negros que fomentam cultura em São Paulo; hoje, com a turma da capoeira; e, amanhã, podem vir aqui que ela vai estar com outro grupo da cidade de São Paulo. Ela é uma Vereadora que nos honra muito de termos eleito essa companheira, essa malunga para estar ocupando o que ela está fazendo aqui hoje, na Câmara Municipal. Sem ela, nós não estaríamos aqui. Por isso que a gente tem que buscar unidade, estar junto com a companheira. Espero que ela dê um salto, deixe alguém aqui, na capacidade, e que ela galgue outros espaços da política pública. Porque está

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 26 DE 35

faltando você também na Assembleia Legislativa, para levar esse povo para discutir capoeira e, daqui a pouco, lá no Congresso Nacional, para descer e escutar a voz dessa população que está aqui. Tem Guarulhos, tem São Paulo, Salvador, e se chamar vem mais gente de outros lugares para discutir capoeira.

Então, eu quero me colocar à disposição, dar um grande abraço nessa minha querida companheira Keit Lima, no Mestre Palito, no mestre que está aqui e em todos vocês. Quero estar junto com vocês para que a capoeira se horizontalize na sociedade, que ela esteja dentro da escola, porque vai ser de uma grandiosidade, eu tenho certeza absoluta.

Forte abraço. Axé para todos vocês. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, professor. Agora vamos voltar para a Mesa, de trás para frente, quem falou por último, fala primeiro, então Marcos, é contigo.

O SR. MARCOS VERÍSSIMO – Bom, vamos lá. Então, os últimos serão os primeiros, vamos nessa. Quero pegar a fala do nosso companheiro, eu sou péssimo para nome, desculpa, viu? (Pausa) Serjão, é só para elucidar como está essa questão da capoeira na escola. Eu participo do GT desde o começo, não consigo ir a todas as reuniões, mas, na verdade, eu participo antes de ter ido para a Secretaria Municipal de Educação, quando o Mestre Fernandes veio aqui para Casa, com aquilo que era ainda um anteprojeto, e a gente percorreu alguns ambientes da Casa. Depois essa discussão foi parar na Universidade de São Paulo, e depois foi para a Secretaria de Educação, que eu acho que é mesmo o lugar para a gente fazer um diálogo em conjunto e construir essa entrada da capoeira. Agora eu diria que está na fase de regulamentação, a lei já foi sancionada, a regulamentação é complicada, porque a gente bate em algumas coisas, em alguns dogmas, e é não tentar fazer com que seja uma capoeira na escola, mas uma capoeira da escola, e têm diferença essas duas consoantes. E aí você esbarra em como contratar, a legislação de contratação; quem contratar, quais são os critérios para dizer que uma pessoa está habilitada a dar aula na escola, nem todo mundo que é capoeirista tem a paciência, a didática, a capoeira é muito

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 27 DE 35

ampla, então você tem vários jogadores de capoeira e dentre eles aqueles que gostariam de ir para escola. O que eu acho que está mais propenso a acontecer é um projeto piloto, porque a gente está falando de uma rede de ensino com milhares de pontos na cidade. Então, seria um projeto piloto envolvendo 30, 50 escolas, porque a gente sabe que a entrada feita aos poucos é mais segura. Vamos ter problemas, porque é normal na implantação de um projeto desse tamanho, e quando os problemas ocorrerem, se for numa dinâmica de tamanho menor, a gente consegue corrigir e ampliar com segurança. Se a gente entra numa rede inteira e dá problema num monte de lugar, aí é todo subterfúgio que, às vezes, o Poder Público precisa para dizer: não deu certo. E aí volta todo trabalho para trás, e para ter outra oportunidade dessa vai levar um tempo. Mas, está andando, sim, eu participo, o nosso amigo Lucas também participa, a Márcia também participa das reuniões, é burocrático mesmo, é complexo, mas eu acho que, apesar de tudo, a gente tem avançado. Então foi só para dar um retorno à fala dele.

Muito obrigado. Boa noite a todos. Mais uma vez, obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Marcos. Agora é o Matheus.

O SR. MATHEUS FERNANDES ALVES LOPES – Boa noite. Eu vou responder algumas das questões que vocês trouxeram, outras eu não vou, porque já respondi. Mas eu queria aproveitar, primeiro, para falar com o Dr. Wescley, de Guarulhos. Dr. Wescley eu também sou de Guarulhos, fiquei muito feliz em te ouvir, muito feliz mesmo. Eu acompanhei um pouco, conheço a história do Mestre Catitu em Guarulhos. Então, assim, é muito importante vê-lo aqui, poder dialogar com as experiências que São Paulo tem, apesar de todas as questões trazidas, porque é isso, a gente tem uma oportunidade de troca, e é muito importante fazer isso. Eu digo, estou à disposição, se eu puder ajudá-lo, ouvi o seu dilema e a dificuldade que vocês têm, que passa por uma coisa que o Marco Regulatório do Fomento à Cultura resolveu, e não é só trabalhar na chave de projetos, mas trabalhar com premiações, que talvez resolvam isso, porque a premiação reconhece uma trajetória e não demanda algo que vá ser feito, que venha a ser feito, que precise ser feito. Portanto, acho

que pode ser uma boa resolução. Só pincelando o que você falou.

Acho que a Márcia Bispo traz uma questão imprescindível. Eu até peço desculpa por não ter trazido na minha primeira fala, porque eu estava respondendo a todos os questionamentos. Mas a tônica da discussão da Márcia foi exatamente a discussão da consulta na audiência que a gente fez, a consulta pública que a gente fez na Secretaria, porque quando a gente apresentou os dados, mostramos a correlação de selecionados e que, dentro dos selecionados, 85% deles eram pretos e pardos, e a discussão que surgiu foi: e o recorte de gênero, e as mulheres? Então, na verdade, o que foi trazido na audiência, na consulta, foi: nós gostaríamos que tivesse um indutor, um acréscimo de pontuação para que as mulheres pudessem ser selecionadas. Eu trouxe aqui um dado importante, um compilado que a gente fez em relação à primeira, segunda e a terceira edições, do ponto de vista da participação das mulheres. Na primeira edição, nós temos 26 mulheres inscritas, de um total de 111 inscritos, ou seja, isso representa 23,4%. Temos ainda da primeira edição, dos 20 selecionados, quatro são mulheres. Então, nós estamos falando de 20% delas selecionadas.

No caso da segunda edição, nós temos 19 mulheres inscritas de um total de 90 inscritos, ou seja, 21,1%. Agora, no caso dos selecionados, nós temos 19% delas sendo mulheres. E quando a gente olha para a terceira edição, de um total de 39 mulheres inscritas, nós temos esse total em relação aos 172 inscritos. Quando a gente olha o percentual, percebesse que só 22% são mulheres inscritas. Mas quando a gente olha os selecionados, só 11% delas são mulheres. Então, assim, existe um hiato, e aí são questões históricas, que não são só questões da capoeira, são questões que atravessam todas as discussões, atravessam a sociedade como um todo. Mas acho seu questionamento importante, sobretudo, porque foi algo que a gente acolheu para fazer valer e fazer constar da minuta, a partir da discussão que a gente levou para nossa assessoria jurídica. Então eu só queria comentar, trazer esses dados, porque acho importante. Queria agradecer a oportunidade, dizer que é sempre muito importante poder contribuir, trazer esclarecimentos ou prestar

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 29 DE 35

fls 33

contas do que o Poder Executivo faz.

Lilian, perdão, esqueci de te responder. Eu não conhecia o caso, eu assumi a coordenação há pouco tempo, mas eu te prometo que vou te dar uma devolutiva, eu vou estudar seu caso e vou te dizer como aconteceu. Assim que eu tiver em mãos, serei o mais didático, explicar exatamente para que você possa, a partir disso, não cometer esse erro, ou coisa que o valha. Acho que a melhor coisa que a gente faz é poder dar essa orientação sobre algo que você nos trouxe. E algo que é comum na fala de todos vocês. É a necessidade de formação. Então, tenham certeza de que eu vou levar isso também à Secretaria, porque sei que é imprescindível.

Queria dizer de novo, e por fim agradecer, encerrar dizendo que há aqui um processo muito importante de formação, é uma troca. Acho que o Poder Público, no caso o Poder Executivo, aprende muito com a sociedade, a partir do momento que abre os ouvidos.

Queria dizer que tem um samba que eu gosto muito, eu queria encerrar com ele, é do sambista mineiro chamado Mauro Duarte, que diz assim: “Nem sempre eu fiz o que eu bem quis, também nunca levei em conta o tanto que eu fui infeliz, o pouco que eu sou feliz, desconto. Ninguém é mais do que aprendiz de tudo o que a vida apronta, e eu não acredito em quem diz que encare essa vida e não se amedronta. É como combater o amor, eu não conheço quem seja capaz, mas força por força, essa força arrasta mais”. E encerra dizendo: “Vive sem defesa, criatura, à mercê da loucura e à procura de paz, porém, sinceramente, essa aventura me satisfaz”. Acho que essa aventura é o dever, é o empenho que a gente tem para fazer política pública e transformar a realidade das pessoas, cada um com seus afazeres. Então, fico muito feliz de poder dar uma contribuição, deixar algum legado, um suporte às demandas que vocês nos trazem. Muito obrigado pelo espaço, a Secretaria Municipal de Cultura está à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, Matheus. Agora é o Mestre Kamau Palito.

O SR. MESTRE KAMAU PALITO – Eu queria dizer que chegou um irmão nosso

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 30 DE 35

de luta, o Contramestre Dener, um irmão que logo quando começamos a luta no fórum, no GT de Capoeira, ele participou junto com a gente. Assim, a ideia do fomento é chegar nesses irmãos. Uma vez ele até comentou a questão dos oficinairos, que é um problema também, porque as oficinas na cidade de São Paulo foram terceirizadas, tipo, você não tem vínculo algum, mano, não tem estrutura alguma, é zoadado, vamos falar a real. Aí quando a gente fez a denúncia, a gente acabou sendo perseguido, e tinha atraso de pagamento, eu não sei como é que está hoje, espero que tenha melhorado, mas tinha atraso de pagamento. Eu mesmo, na época, fiquei seis meses sem receber, tinha uma galera também, fazendo um histórico, sem receber, a galera ficou com medo de falar, porque sabia que ia acontecer o que aconteceu comigo. Até hoje, eu fui perseguido no Centro de Cultura Negra do Jabaquara, deu uma confusão, me tiraram de lá porque eu denunciei o atraso no pagamento. Na época, o gestor veio para cima de mim, me pressionando, enfim. E aí está o irmão Dener aqui, e estou lembrando que você falou assim: a gente tem que focar agora no fomento. Por que o fomento? Porque é isso aí, a gente tem esse problema com as Casas de Cultura, que a gente sabe, infelizmente, é indicação de Vereador, tem toda, como é que fala, estrutura ali preparada, então você não tem espaço. E por que o fomento? Ele vai fomentar o seu espaço, você vai ter um espaço seu de capoeira, e acho que nós temos que pensar nisso. Outro debate que não vai dar para gente fazer hoje são os espaços de concessão. Naquela audiência, Vereadora Keit, que nós fizemos, veio um pessoal, eu não me lembro, que tem um prédio com espaço de concessão. Eles falaram, nós entendemos como é que funciona e vários segmentos de capoeira têm lá o seu espaço.

E a ideia é fomentar espaços, e para você ter depois autonomia, lógico, você tem que ter recurso público, e ter autonomia também para tentar buscar alternativas. Mas a ideia do fomento é isso, e ao ver o irmão Dener ali, eu lembrei disso, por isso a ideia do fomento. A questão das mulheres é superimportante também, eu concordo, mas tem que fazer também um recorte racial, acho que tem que ter 40% de mulheres, 40% de homens, o mesmo número, isso aí tinha que ser geral.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 31 DE 35

fls 35

Enfim, é muita coisa que a gente acaba lembrando para falar aqui, o tempo é curto, mas é isso, agradecer a todos. E falar que a ideia do fórum é triplicar esse valor do orçamento. Todo ano a gente participa das audiências orçamentárias, infelizmente, às vezes, eu vou, vão três, quatro, e a gente conseguiu agora, este ano, são três milhões, se eu não estiver enganado. Não é isso para a capoeira? (Pausa) São 3 milhões de reais, então a gente avançou de 2,5 milhões, deu a mais 0,5%, foi para 3 milhões. Não é o ideal, porque a nossa proposta, eu não lembro agora de cabeça, mas o samba, eu acho, tem 7 milhões. É isso? (Pausa) Então nós queremos chegar aos 7 e depois ir sempre aumentando. Por que o que acontece? Quando você recebe um fomento este ano, o ano que vem esse valor não vai conseguir comprar as mesmas coisas, porque já aumentaram os preços, então tem que acompanhar a inflação. Enfim, a ideia do fórum é essa, que seja construído por homens e mulheres pretas, que lutam por políticas públicas, por reparação histórica. A gente não está aqui pelo dinheiro, porque a gente participa não é pelo recurso, mas pelo bem do nosso povo.

Enfim, agradecer à Vereadora Keit Lima, que também é uma capoeirista, treinou com Mestre Zelão, que também é meu mestre, treinei com Mestre Zelão, no Jabaquara, no Centro de Culturas Negras Jabaquara. Ontem foi aniversário do Mestre Zelão. No sábado vamos estar no espaço do Mestre Cavaco para conversar, fica aqui o convite. Mas é isso aí, a gente vai estar sempre se organizando, sempre participando, e a gente está aqui.

Vou terminar falando uma frase do meu professor, a frase é: “direito não é vingança”. Porque quando a gente entra com ação por direitos, o pessoal diz não, o direito que a gente tem de reivindicar mesmo o nosso direito, o que está na Constituição, mas, infelizmente, não é cumprido. Então, a gente tem que fiscalizar e cobrar.

E aí, no final, o Rogério vai falar uma poesia, porque sábado eu participei da audiência da reparação histórica, a Vereadora estava lá, a Leci Brandão deu uma cheia ali, ela falou: está faltando alguma coisa aqui para a gente se conectar com os ancestrais. Então, é o instrumento, é o tambor, é o atabaque, é o berimbau, precisa ter na abertura e para

finalizar nossas ações, ainda mais quando se fala de cultura negra, porque está ligada à nossa ancestralidade, e quando não tem isso, a gente sente falta.

Enfim, vou terminar cantando uma música que canto para as crianças. Ela diz assim: “Vamos lutar, vamos lutar pelos nossos direitos, nós vamos lutar; vamos lutar, vamos lutar contra o sistema de supremacia branca, nós vamos lutar, vamos lutar, vamos lutar. O povo preto, organizado, ninguém pode parar”.

Quero agradecer ao irmão Lucas, sempre dando uma força para gente, sempre nos dando apoio, estamos juntos.

É isso, termino aqui. Axé, valeu. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Obrigada, obrigada demais, mestre, maravilha.

Só quero alinhar a expectativa, não vou terminar minha fala cantando, está bem, gente? (Risos) Mas eu queria também saudar o meu Mestre Cobra Mansa e o Mestre Zelão, que muito mais do que qualquer ginga, me ensinou a essência da capoeira de Angola.

E tem algumas coisas que eu queria pontuar. Uma, respondendo ao professor Sérgio, o nosso mandato vem acompanhando junto com o fórum, o GT da implementação dentro das escolas, essa é uma reivindicação muito antiga dos mestres e a gente tem acompanhado de perto. Eu acho que tem outra coisa, quando a gente fala de orçamento, a gente está numa cidade, sou uma mulher favelada, que ama falar sobre dinheiro, sobre orçamento, é o que o Palito disse: não é sobre dinheiro, mas é também sobre dinheiro, e isso não deveria ser um problema, porque a gente não pode romantizar os nossos mestres para estarem dentro das nossas periferias e favelas e estarem sangrando, fazendo de graça, ou estar, como a Lilian trouxe, em outros empregos para poder sustentar a capoeira.

Isso não é admissível quando estamos falando da cidade, não só a mais rica do Brasil, mas da América Latina, e isso é importante. Tem outra coisa que a Lilian nos trouxe, que eu queria muito pontuar, que é o quanto as Casas Legislativas e o Executivo precisam aprender, porque não existe saber maior ou saber menor. Se você for na Prefeitura ou se

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 33 DE 35

fls 37

está aqui nesta Casa, quantos sabem fazer rabo de arraia? Não é negativo, também é um saber, é sobre o saber notório.

Aí eu queria falar um pouquinho sobre o que a Márcia nos trouxe. Gente, o Fórum da Capoeira está construindo um projeto de lei, desde o ano passado, para que se torne uma lei, como o Matheus nos trouxe aqui, porque é um programa e a gente quer que seja uma lei. Amanhã, vamos protocolar esse projeto de lei, que é exatamente para isso, algo que a gente sabe e que saia desse discurso, porque a galera gosta muito de falar, a capoeira, valorize a capoeira, mas assim, a gente quer grana mesmo, a gente quer dinheiro para que isso chegue aonde tem que chegar. A gente sabe que quando a capoeira chega, principalmente nas pessoas pobres, nas periferias, agente está falando também de mulheres, sobre a forma da gente se assegurar, se defender. Quando a gente está falando da população preta também é sobre a nossa história, é sobre o fazer cantar, o nosso corpo vai sentindo conforme a gente vai cantando.

Eu consigo dizer aqui que quando estou numa roda de capoeira, para mim, é quase tão sagrado do que quando estou numa roda no meu terreiro, porque naquele momento você consegue sentir, é quase uma cura. E aí a gente está com esse projeto de lei, que foi construído, a gente está aí construindo junto com Fórum da Capoeira, que é um instituto, um fórum permanente. O Programa Municipal de Capoeira, garantindo uma política pública, contínua para a preservação, valorização da capoeira. Obviamente, dentro do projeto de lei, foi pensado em priorizar grupos que sempre foram excluídos.

Então, dentro desse projeto de lei, está instituído que mulheres terão prioridade, pessoas negras terão prioridade e pessoas com deficiência, porque a gente quer uma capoeira que tenha todo mundo, que todos os corpos estejam ali. Aqueles corpos que foram excluídos e que são excluídos do sistema o tempo todo, dentro da capoeira ele fará parte, porque a capoeira é uma grande roda, é uma grande comunidade, é uma grande família. Não existe um corpo para fazer capoeira, apesar de algumas pessoas sempre acharem, mas eu aprendi com o meu primeiro mestre, Mestre Cobra Mansa, lá da Bahia, que não existe o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21747 DATA: 28/04/2026 FL: 34 DE 35

corpo para fazer capoeira, é o corpo que você tem, é o corpo que você tem para fazer capoeira.

Então é sobre a gente, de forma institucional, valorizar, e de a gente dizer que queremos dinheiro, sim, para capoeira. A gente não quer fazer isso de uma forma sangrando, a gente não está pedindo, essa cidade é minha, essa cidade é de vocês, então qual é a cidade que a gente quer? A gente quer uma cidade que valorize a cultura preta, a cultura que chega nas nossas periferias, a gente quer uma cultura que também possa fazer uma roda de capoeira, sem fazer vaquinha inteligente, que a gente possa pagar o nosso mestre, que ele vá para a rota de capoeira, porque muitas vezes ele não tem passagem para ir para a roda, isso é vergonhoso. Também que reconheçam o notório saber dos nossos mestres, que aprendeu o seu saber nas ruas, nas rodas, que é tão importante, e para mim até mais, do que muitos diplomas por aí. É com eles que a gente aprende a roda da vida. Então, esse projeto de lei, eu tenho muito orgulho que o nosso mandato tenha construído junto com o Fórum da Capoeira. Quero agradecer ao Wescley por estar aqui, que a gente possa fazer eternas trocas, trocar as nossas ferramentas para que a capoeira seja valorizada não só na cidade de São Paulo, mas no estado de São Paulo, no Brasil.

Queria muito agradecer a todo mundo que está aqui. E o que vocês precisarem, vocês sabem que podem contar com o nosso mandato, com o mandato das favelas, comigo, com o Lucas, com todo mundo que constrói esse mandato, porque o mandato é uma ferramenta da sociedade civil, do movimento social. Eu só estou aqui porque as pessoas votaram em mim, esse mandato é coletivo, então contem com o nosso mandato. Como o Serjão falou, um dia a gente está em um, um dia a gente está noutro, porque a gente é mesmo da luta, a gente quer construir a cidade que a gente quer, que a gente sonha, que a gente merece, e a cidade que a gente merece é com muita roda de samba, e roda de samba também tem investimento; e com muita capoeira, com muita seriedade com a nossa cultura e a sua valorização.

E aí, gente, aí tem uma coisa que preciso falar, que é formalidade: nada mais

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 39

REUNIÃO: **21747** DATA: **28/04/2026** FL: **35** DE 35

havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência. Eu quero aproveitar porque além de tudo, a gente é bonito, para vocês virem aqui e tirarmos uma foto.

Obrigada, gente. (Palmas)